

Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. Joao Amorim” - Hospital Municipal M’ Boi Mirim

CNPJ. : 66.518.267/0008-50

Demonstrações Contábeis Exercício de 2025

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em				31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	6.423.759,50	11.743.170,13	Fornecedores		14.195.376,36	12.036.264,28
Adiantamentos a Fornecedores		4.170,00	-	Obrigações Trabalhistas	11	10.690.096,05	11.398.285,27
Adiantamentos a Empregados	7	1.013.372,51	1.998.586,91	Obrigações Sociais e Fiscais	12	7.693.673,74	8.392.532,23
Créditos com Convênios	6	4.207.147,70	-	Contas a Pagar		4.238.029,41	3.690.023,19
Outros Créditos		-	912.871,03	Provisões para Férias e Encargos		23.401.393,69	21.589.725,02
Estoques	8	5.616.436,32	5.121.950,49			60.218.569,25	57.106.829,99
Despesas Antecipadas		721.768,61	553.964,35	Passivo Não Circulante			
		17.986.654,64	20.330.542,91	Provisões para Contingências	13	6.441.500,00	3.541.572,76
Ativo Não Circulante				Contas a Pagar		12.396,29	-
Imobilizado	9	28.760.961,42	32.987.093,44	Bens Públicos em nosso poder	14	29.252.625,89	33.708.607,28
Intangível	10	491.664,47	721.513,84			35.706.522,18	37.250.180,04
		29.252.625,89	33.708.607,28	Patrimônio Líquido Negativo			
				Patrimônio Social		(40.317.859,84)	(28.558.988,51)
				(Déficit) do Exercício		(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
				Transferências Patrimoniais		-	(46.674,99)
						(48.685.810,90)	(40.317.859,84)
Total do Ativo		47.239.280,53	54.039.150,19	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		47.239.280,53	54.039.150,19

Demonstração do Resultado dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
	Notas	2025	2024
Receitas Líquidas			
Contrato de Gestão e Convênios	15	359.577.104,87	331.542.917,90
Realização de Bens Públicos em nosso poder	16	354.998.797,91	328.133.739,00
(-) Repasse Destinado Aquisições do Imobilizado		4.877.652,89	4.881.987,79
		(299.345,93)	(1.472.808,89)
		(350.466.783,19)	(328.425.883,35)
Custos		(350.466.783,19)	(328.425.883,35)
Pessoal e Reflexo	18	(223.326.828,61)	(212.856.686,84)
Serviços Terceirizados	19	(75.492.186,83)	(65.356.659,89)
Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(51.647.767,75)	(50.212.536,62)
Custo da CPP (Contribuição Previdenciária Patronal)	27	(53.263.633,89)	(55.504.491,94)
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	53.263.633,89	55.504.491,94
		9.110.321,68	3.117.034,55
(=) Resultado Bruto		(20.620.429,75)	(18.623.793,35)
Despesas		(20.620.429,75)	(18.623.793,35)
Impostos, Taxas e Contribuições		(498.452,14)	(749.844,01)
Despesas Gerais	21	(15.664.587,83)	(14.950.915,22)
Provisões para Contingências		(4.457.389,78)	(2.923.034,12)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		1.572.558,23	1.210.646,82
Outras Receitas		1.572.558,23	1.210.646,82
Trabalho Voluntário		-	-
Receitas do Trabalho Voluntário	22	973.361,00	1.042.000,00
(-) Custos com Serviço Voluntário	22	(973.361,00)	(1.042.000,00)
(=) Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras		(9.937.549,84)	(14.296.111,98)
Resultado Financeiro	17	1.616.273,77	2.537.240,65
Receitas Financeiras		1.648.361,22	2.567.866,51
(-) Despesas Financeiras		(32.087,45)	(30.625,86)
Déficit do Exercício		(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
		2025	2024
(=) Déficit do exercício		(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
Total do Resultado Abrangente do Exercício		(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
		2025	2024
Déficit do Exercício		(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
(Aumento) ou Redução do Ativo			
Adiantamentos a Fornecedores		(4.170,00)	127.690,60
Adiantamentos a Empregados		985.214,40	77.609,79
Créditos com Convênios		(4.207.147,70)	-
Outros Créditos		912.871,03	(681.458,75)
Estoques		(494.485,83)	539.049,70
Despesas Antecipadas		(167.804,26)	(74.872,49)
Aumento ou (Redução) do Passivo			
Fornecedores		2.159.112,08	1.660.150,96
Obrigações Trabalhistas		(708.189,22)	861.003,00
Obrigações Sociais e Fiscais		(698.858,49)	(572.905,13)
Provisões para Férias e Encargos		1.811.668,67	2.504.431,89
Provisões para Contingências		2.899.927,24	1.571.584,67
Outras Obrigações		560.402,51	476.123,24
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais		(5.272.735,64)	(5.270.463,85)
Atividades de Financiamento			
Atividade de Imob./Intang. Pertencente à Gestão Pública		(299.345,93)	(1.472.808,89)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento		(299.345,93)	(1.472.808,89)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado		299.345,93	1.472.808,89
Incorporação ao Patrimônio Líquido		(46.674,99)	-
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento		252.670,94	1.472.808,89
Variação Líquida nas Disponibilidades		(5.319.410,63)	(5.270.463,85)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Disponibilidades no Início do Exercício		11.743.170,13	17.013.633,98
Disponibilidades no Final do Exercício		6.423.759,50	11.743.170,13
Variação Líquida nas Disponibilidades		(5.319.410,63)	(5.270.463,85)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM

é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouença de Gouvêa. Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M’Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch. A Entidade, para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repectuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. Reforma tributária do consumo (LC 214/2025). Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma do Sistema de Tributação sobre o Consumo no Brasil, prevendo a substituição de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI, pelos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS). A referida Emenda manteve a imunidade constitucional aplicável ao patrimônio, à renda e às receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo as fundações, bem como a não incidência de IRPJ e CSLL sobre o eventual superávit apurado. Todavia, a imunidade não abrange, em regra, receitas decorrentes de atividades não relacionadas diretamente às finalidades essenciais da Entidade, as quais poderão estar sujeitas à incidência do IBS e da CBS, conforme a legislação aplicável. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os novos tributos sobre o consumo, estabelecendo suas regras gerais de incidência, apuração e governança. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 dispôs sobre critérios para concessão e redução de incentivos e benefícios fiscais federais. A transição para o novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual entre os anos de 2026 e 2033. Considerando que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em andamento e depende de regulamentações complementares, a Administração segue acompanhando os desdobramentos normativos aplicáveis. Diante do exposto e considerando a natureza jurídica e as atividades atualmente desenvolvidas pela Entidade, não foram identificados, até o momento, impactos mensuráveis decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e ITG 2002 (R1). Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do Hospital M’Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch, gerido pelo CEJAM, os quais são controlados e operados por meio de centros de custos da CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital M’Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais Políticas Contábeis:

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros: • Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do

instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. • **Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2025, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Estoques:** Os estoques, relacionados, substancialmente, a material médico hospitalar, drogas e medicamentos e materiais de limpeza são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2025 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2024. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 3 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. • Construções: 25 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido

para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo são registrados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) Seção 24 Subvenção Governamental, da seguinte forma: Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas. Subvenção para investimentos – relacionada a ativos, incluindo ativos não monetários, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como Recursos Governamentais a Realizar. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas contabilizadas pelo regime de competência da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2025, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Representação dos valores correspondentes:

Com o objetivo de aprimorar a conformidade com as normas contábeis, a Administração do Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim revisou a forma de reconhecimento e apresentação do trabalho voluntário, conforme disposto na ITG 2002. A referida norma estabelece que o trabalho voluntário e seus impactos podem ser evidenciados nas notas explicativas, desde que atendidos os critérios específicos. Com base nessa revisão, a Administração decidiu realizar ajustes na forma de divulgação das informações relativas ao trabalho voluntário de suas filiais, conforme as orientações da ITG 2002. Esses ajustes foram aplicados retrospectivamente, buscando adequar a demonstração contábil e garantir a transparência na apresentação das atividades realizadas por voluntários. A seguir, são

Demonstração do Resultado dos Períodos Ffindos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais

	Notas	2024	Ajuste	2024
Receitas Líquidas		14		331.542.917,90
Contrato de Gestão e Convênios		15		328.133.739,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder				4.881.987,79
(-) Repasse Destinado Aquisições do Imobilizado		3.h		(1.472.808,89)
Custos		(328.425.883,35)		(328.425.883,35)
Pessoal e Reflexo		17		(212.856.686,84)
Serviços Terceirizados		18		(65.356.659,89)
Medicamentos e Materiais de Consumo		19		(50.212.536,62)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)		26		(55.504.491,94)
(-) Isenção da CPP Usufruída		26		55.504.491,94
(=) Resultado Bruto				3.117.034,55
Despesas		(18.623.793,35)		(18.623.793,35)
Impostos, Taxas e Contribuições				(749.844,01)
Despesas Gerais		20		(14.950.915,22)
Provisões para Contingências				(2.923.034,12)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais				1.210.646,82
Outras Receitas				1.210.646,82
Trabalho Voluntário				-
Receitas do Trabalho Voluntário		21		-
(-) Custos com Serviço Voluntário		21		(1.042.000,00)
(=) Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras				(14.296.111,98)
Resultado Financeiro		16		2.537.240,65
Receitas Financeiras				2.567.866,51
(-) Despesas Financeiras				(30.625,86)
Déficit do Exercício				(11.758.871,33)

	2025	2024
6. Créditos de Repasses Públicos	2025	2024
CG 004/2008 HOSPITAL M'BOI MIRIM	4.207.147,70	-
	4.207.147,70	-
7. Adiantamento A Empregados	2025	2024
Outros Adiantamentos	-	1.230.795,97
Adiantamentos de Férias	1.013.372,51	767.790,94
	1.013.372,51	1.998.586,91
8. Estoques	2025	2024
Medicamentos	1.443.538,27	1.316.627,98
Material Médico Hospitalar	2.958.932,22	2.815.439,33
Material Expediente/Escritório	194.002,01	159.096,52
Material de Manutenção	273.419,97	159.051,87
Material de Limpeza	246.282,32	223.135,06
Material de EPI e EPC	42.018,42	32.376,23
Gêneros Alimentícios	229.867,90	223.632,57
Utensílios de Copa	5.104,95	8.148,57
Material Impresso	72.406,89	70.394,93
Empréstimo de MAT/MED a receber	150.863,37	114.047,43
	5.616.436,32	5.121.950,49

	2025	2024
23. Partes Relacionadas:	2025	2024
Receitas do trabalho voluntário	973.360,82	1.042.000,00
(-) Custos do trabalho voluntário	(973.360,82)	(1.042.000,00)
O trabalho voluntário da Entidade é composto, principalmente, com a participação de voluntários, incluindo atividades de apoio assistencial, ações educativas e projetos voltados à promoção da saúde e qualidade de vida, envolvendo diferentes especialidades. A mensuração do trabalho voluntário considera, substancialmente, o tempo dedicado às atividades e parâmetros compatíveis com a natureza dos serviços prestados.		
24. Coberturas de Seguros:	2025	2024
Gestão Hospitalar (Reembolso de folha de pagamento)	9.703.084,09	6.199.093,48
Serviços Laboratoriais (Análises Clínicas e Patológicas)	6.641.288,65	6.315.434,38
	16.344.372,74	12.514.527,86

	2025	2024
5. Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa e Fundo Fixo	2.500,00	2.500,00
Fundo Fixo de Caixa	2.500,00	2.500,00
Bancos – Contas Movimento	2025	2024
Banco Santander (Brasil) S.A.	9.593,88	26.006,19
	9.593,88	26.006,19
Bancos – Aplicação Financeira	2025	2024
Banco Santander (Brasil) S.A.	6.411.665,62	11.714.663,94
	6.411.665,62	11.714.663,94

	2025	2024
9. Imobilizado	2025	2024
Imobilizado de Gestão Pública	2025	2024
Máquinas e Equipamentos	1.844,78	9.277,97
Equipamentos de Uso Médico	10.666.759,72	11.367.114,52
Equipamentos de Informática	23.336,33	31.170,75
Móveis e Utensílios	10.690.096,05	11.398.285,27
Veículos	751.923,05	1.093.034,98
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	1.779.327,48	1.810.275,10
	7.693.673,74	8.392.532,23

	2025	2024
10. Intangível	2025	2024
Gestão Pública	2025	2024
Direito de Uso de Sistemas	721.513,84	491.664,47
	721.513,84	491.664,47
11. Obrigações Trabalhistas	2025	2024
Salários a Pagar	10.666.759,72	11.367.114,52
Provisões Alimentícias a Pagar	23.336,33	31.170,75
	10.690.096,05	11.398.285,27
12. Obrigações Sociais e Fiscais	2025	2024
INSS a Recolher	751.923,05	1.093.034,98
FGTS a Recolher	1.779.327,48	1.810.275,10
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	7.243,89	9.335,24
IRRF a Recolher	4.940.136,95	5.269.862,70
IRRF Retido de PJ a Recolher	48.056,87	42.671,07
IRRF Retido de Autônomos a Recolher	9.277,97	9.277,97
CSRF a Recolher	153.464,10	136.413,85
INSS Retido de PJ a Recolher	7.798,15	10.060,73
INSS Retido na Fonte a Recolher	1.017,44	1.925,78
INSS Retido de Autônomos a Recolher	2.068,41	1.400,44
INSS Retido de Autônomos a Recolher	792,62	8.262,37
	7.693.673,74	8.392.532,23

A Entidade mantém a parcela disponível aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 8,0881 % ao ano.

Taxa	2024	Adições	Depreciação	2025
10%	2.690.708,48	80.713,37	396.341,89	2.375.079,96
10%	16.564.194,64	306.678,75	2.948.506,66	13.922.366,73
20%	1.188.598,61	40.942,69	657.245,26	572.296,04
10%	1.620.438,90	102.980,20	293.024,58	1.430.394,52
20%	64.879,85	-	14.155,56	50.724,29
10%	780.853,61	143.594,20	111.767,28	812.680,53

25. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial da NBC TG 1000 (R1) (seção 23) não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

26. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGECR/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: "Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente." A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

	2025	2024
13. Provisões para Contingências	2025	2024
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.671.000,00	1.421.000,00
Provisões para Contingências Cíveis	4.770.500,00	2.120.527,76
	6.441.500,00	3.541.527,76

	2025	2024
16. Receitas com Contrato de Gestão	2025	2024
Contrato de Gestão 004/2008 (Hospital Mun. M'Boi Mirim)	354.998.797,91	328.133.739,00
	354.998.797,91	328.133.739,00
17. Receitas e Despesas Financeiras	2025	2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.643.434,21	2.546.455,49
Descontos Obtidos	4.927,01	21.411,02
(-) Juros Bancários	(1.761,87)	(621,88)
(-) Tarifas Bancárias	(30.325,58)	(30.003,98)
	1.616.273,77	2.537.240,65

27. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2025 foi de R\$ 53.263.633,89 e do ano de 2024 foi de R\$ 55.504.491,94 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2025	2024
Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2025	2024
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(53.097.099,09)	(55.245.244,90)
Cota Patronal sobre/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas	(166.534,80)	(259.247,04)
	(53.263.633,89)	(55.504.491,94)
(-) Imunidade Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	53.097.099,09	55.245.244,90
(-) Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	166.534,80	259.247,04
	53.263.633,89	55.504.491,94

	2025	2024
18. Custos com Pessoal Próprio	2025	2024
Remunerações	198.754.798,39	190.279.696,76
Benefícios	8.707.681,57	7.217.566,00
Encargos Sociais	15.864.348,65	15.359.424,08
	223.326.828,61	212.856.686,84
19. Custos com Serviços Terceirizados	2025	2024
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	50.526.194,42	64.016.749,86
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	24.081.238,88	1.339.910,03
Serviços Prestados por Terceiros	884.753,53	-
	75.492.186,83	65.356.659,89

28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A entidade é parte (pelo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

	2025	2024
20. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo:	2025	2024
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	36.997.289,40	35.792.611,22
Materiais de Consumo	11.713.722,12	11.253.184,83
Materiais de Conservação e Reparos	1.853.742,70	1.936.818,54
Outros Materiais e Insumos	1.083.013,53	1.229.922,03
	51.647.767,75	50.212.536,62

29. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2025.

15. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no

	2025	2024
21. Despesas Gerais	2025	2024
Contas de Consumo (Água, Energia Elétrica e Telefone)	5.226.286,85	4.872.930,78
Aluguéis (Móveis, Equipamentos e Aparelhos)	4.346.321,11	3.989.670,07
Administrativas	58.489,32	71.856,25
Bens Não Imobilizados	124.998,99	203.419,60
Outras Despesas Gerais	5.908.991,56	5.813.038,52
	15.664.587,83	14.950.915,22

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 29.252.625,89 em 2025 e R\$ 33.708.607,28 em 2024, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que constantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

22. Trabalho Voluntário – Interpretação Técnica ITG 2002 (R1): O tra-

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional
Renata Donato Janeri - Diretora Hospitalar
Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"
 leiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional - Continuidade operacional:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis "carve-out", a principal fonte de receita da Entidade é provida pela Prefeitura do Município de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, o qual custeia as principais atividades desenvolvidas pela Entidade. A Entidade vem apresentando déficits nos últimos exercícios, resultando em um "patrimônio líquido negativo". Este evento ou condição indicam uma incerteza relevante que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. No entanto, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out":** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da

performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Representação das demonstrações contábeis:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4, na qual informa a reapresentação espontânea dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, para os quais emitimos opinião não modificada em 28 de abril de 2024, em decorrência de correção de erros. Os valores correspondentes referem-se ao exercício supracitado, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 "Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro" e CPC 26 (R1) "Apresentação das demonstrações contábeis", devido à não mensuração e apresentação do saldo de trabalho voluntário. Nossa opinião não

Distorções contábeis “carve-out”: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis “carve-out”, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis “carve-out”:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8
Carlos Aragaki - Contador - CRC 1 SP 132091/O-1